

Dossier: Terrorismo e armas de destruição maciça

A arma absoluta e a segunda idade nuclear

Miguel Monjardino

Em 1945, as armas nucleares representavam o último grito da ciência, tecnologia e engenharia – eram as armas dos fortes. Hoje, a arma absoluta é cada vez mais vista como a arma dos fracos.

“A arma absoluta.” Foi assim que, em 1946, William T. R. Fox caracterizou as armas nucleares. A arma absoluta desempenhou um papel central na primeira idade nuclear (1945-1991) e esteve no centro da competição militar entre os EUA e a URSS. O enorme poder destrutivo da arma absoluta, a ausência de defesas, a vulnerabilidade das populações civis, o elevadíssimo número de ogivas nos arsenais de Washington e Moscovo e posturas nucleares baseadas na capacidade de responder rapidamente a qualquer ataque, transformaram a primeira idade nuclear num período extremamente perigoso. A crise de mísseis de Cuba (1962) e os receios soviéticos de um ataque nuclear preventivo americano (1983) são dois exemplos clássicos dos enormes perigos associados à primeira idade nuclear.

O final da primeira idade nuclear levou uma série de militares e políticos a acreditar que era possível abolir a arma absoluta. Em 1994, por exemplo, o general Charles Horner, antigo comandante das operações aéreas da coligação anti-iraquiana durante a Guerra do Golfo disse: “A arma nuclear está obsoleta. Quero ver-me livre delas todas. Quero ir até zero.” Em 1996, a Comissão Camberra publicou o seu Report on the Elimination of Nuclear Weapons e um grupo de sessenta generais e almirantes de diferentes nacionalidades subscreveu um manifesto onde se defendia a progressiva eliminação da arma absoluta. Em Janeiro de 1997, num discurso dramático perante o National Press Club em Washington, o general George Lee Butler, antigo responsável pelo planeamento nuclear americano, fez uma defesa apaixonada da abolição nuclear.

A abolição da arma absoluta provou ser politicamente impossível e deu lugar a um projecto mais realista nos EUA e Europa: a progressiva marginalização das armas nucleares na segurança internacional. Entre 1992 e 1997 o projecto da marginalização conheceu sucessos importantes. Em 1992 os EUA iniciaram o programa Nunn-Lugar,

cujos objectivos eram garantir o emprego de cientistas nucleares russos e a segurança de instalações, laboratórios e material físsil russo. As antigas repúblicas soviéticas da Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão foram desnuclearizadas, a África do Sul pôs fim ao seu programa nuclear e destruiu as suas ogivas e a Argentina e o Brasil acabaram com os seus programas nucleares e de mísseis balísticos. (Em 1995 a França decidiu que os seus interesses nacionais estavam em jogo e, perante o silêncio ensurdecido de alguns dos seus parceiros europeus, levou a cabo uma série de testes nucleares no Pacífico) A partir de 1998 o projecto da marginalização começou a entrar em dificuldades. Durante esse ano, o Paquistão, Índia, Irão, China e Coreia do Norte testaram uma nova geração de mísseis balísticos com maior alcance, precisão e capacidade nuclear. Além disso, a Índia e o Paquistão levaram a cabo uma série de testes nucleares no meio de enormes demonstrações de alegria popular. Em 1999 e 2002 Nova Deli e Islamabad envolveram-se em duas perigosas crises com resultados potencialmente catastróficos para as suas sociedades e países vizinhos. A nova doutrina militar russa, a rejeição do Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT) pelo Senado dos EUA, a lenta modernização do arsenal nuclear chinês e israelita, uma série de declarações ambíguas por parte de altos funcionários japoneses, a nova postura nuclear da administração Bush, as ambições nucleares do Irão e do Iraque e as recentes notícias sobre a existência de um programa nuclear clandestino na Coreia do Norte tornam claro que as primeiras décadas do século XXI serão muitas coisas mas não serão pós-nucleares.

A segunda idade nuclear é muito diferente da sua antecessora. Arsenais gigantescos, a divisão da Europa e o conflito político-militar entre os EUA e a URSS caracterizaram a primeira idade nuclear. A segunda idade nuclear é uma idade extra-europeia, caracterizada por grandes ambições nucleares e pequenos arsenais no Médio Oriente e Ásia, pela difusão de tecnologia e pelo aparecimento de novas redes de proliferação e grupos de terroristas globais, determinados a ter material físsil como o urânio enriquecido e plutónio. A evolução desta idade nuclear nos próximos anos terá enormes implicações para a segurança internacional.

A análise da segunda idade nuclear tende a ser prejudicada por uma tendência para a focalização em episódios individuais, ao mesmo tempo que se negligencia o contexto económico, tecnológico e estratégico em que estes episódios ocorrem. A actual discussão sobre o que fazer em relação ao Iraque e ao seu programa de armas de destruição maciça e mísseis balísticos é um excelente exemplo desta tendência. A verdade é que a fixação

com o Iraque tem impedido que se veja o óbvio: a industrialização e a globalização aumentam o potencial militar e o número de países envolvidos no desenvolvimento ou aquisição de armas de destruição maciça e de plataformas sofisticadas, como aviões e mísseis, é muito mais vasto do que normalmente se pensa em Portugal.

O fim daquilo a que o historiador militar americano Eliot Cohen chamou “socialismo militar”, a maneira como as forças militares iraquianas e talibãs foram ultrapassadas e aniquiladas pelos militares americanos, em 1991 e 2002, o aparecimento de novas redes de proliferação e, finalmente, a existência de enormes quantidades de urânio enriquecido e plutónio no território da antiga União Soviética fornecem pistas importantes para a análise da evolução da segunda idade nuclear.

O fim do “socialismo militar” é relativamente recente e tem importantes consequências para a evolução da segunda idade nuclear. No início do século XX os estados interessados em desenvolver o seu poder militar tinham forçosamente que investir consideráveis recursos humanos, técnicos e orçamentais no desenvolvimento da sua própria tecnologia militar. Hoje em dia, uma globalização alimentada por rápidas e importantes inovações nas indústrias civis, a difusão tecnológica, a existência de um vasto número de empresas multinacionais e o acesso facilitado à informação científica tem vindo a possibilitar a muitos estados desenvolver, ou pura e simplesmente comprar a terceiros países ou empresas, plataformas militares sofisticadas e componentes importantes das mesmas. O fim do socialismo militar tem ajudado uma série de pequenas e médias potências a adquirir um alcance estratégico e uma autonomia militar em relação às grandes potências e aos seus vizinhos que não tem precedente histórico.

A rapidíssima vitória dos militares americanos e seus aliados sobre as forças iraquianas em 1991 contribuiu para a rápida inflação do valor das armas nucleares no Golfo Pérsico e Ásia. Num comentário sobre as lições do conflito, o antigo Chefe do Estado-Maior do Exército da Índia, General K. Sundarji, defendeu que o conflito “mais uma vez acentuou que as armas nucleares são a verdadeira moeda do poder. Numa análise final eles [a coligação anti-iraquiana] puderam avançar por que, ao contrário do Iraque, os EUA tinham armas nucleares.” A recente operação Liberdade Duradoura contra o regime talibã no Afeganistão confirmou a extraordinária capacidade americana de projecção de poder convencional a grande distância, de uma maneira decisiva e precisa. Para muitos decisores políticos na Ásia e Médio Oriente, o rápido colapso dos talibã confirmou que as armas nucleares continuam a ser o melhor e mais fiável instrumento para compensar

as suas fraquezas no campo convencional e “santuarizar” o seu território. Além disso, estas armas continuam a ser vistas por alguns países como o caminho mais rápido para a conquista da liderança regional ou para a conquista de uma autonomia substancial em relação a um sistema internacional que é visto como profundamente hostil.

Em 1945, as armas nucleares representavam o último grito da ciência, tecnologia e engenharia – eram as armas dos fortes. A condição de superpotência era sinónimo de nuclear. Cinquenta e sete anos depois, a arma absoluta deixou de equivaler a poder militar altamente sofisticado. A arma absoluta é cada vez mais vista como a arma dos fracos. O domínio da tecnologia e da engenharia nuclear continua a ser uma tarefa exigente, demorada e cara mas não envolve a descoberta de novos princípios da física.

Um conjunto de importantes alterações no campo da proliferação têm ajudado uma série de estados a dar passos importantes no campo nuclear. Durante a primeira idade nuclear, os estados com ambições nucleares estavam completamente dependentes da ajuda ou do virar da cara de países como os EUA, Rússia e China. Hoje em dia, a Índia, Paquistão, Coreia do Norte, Irão, Iraque, Líbia, laboratórios russos e empresas chinesas estão profundamente envolvidos em redes secundárias que envolvem a troca de tecnologia e de cientistas. Estas redes são mais ou menos invisíveis e tal facto torna a tarefa de controlar a proliferação muito mais difícil. O programa nuclear paquistanês, por exemplo, foi quase todo construído através destas redes secundárias e da espionagem industrial. O programa nuclear clandestino da Coreia do Norte só foi possível graças à transferência de equipamento paquistanês.

O final da primeira idade nuclear agravou o problema da proliferação nuclear. A implosão da União Soviética levou ao relaxamento dos controlos sobre ogivas nucleares táticas, urânio enriquecido e plutónio e das pessoas com conhecimentos científicos e técnicos para produzir a arma absoluta. Nos últimos anos, razões puramente comerciais levaram a Rússia a exportar de uma maneira consistente tecnologia de mísseis e as suas centrais nucleares. Além disso, a Rússia continua a ter no seu território mais de 1.000 toneladas de urânio enriquecido e quase 150 toneladas de plutónio. Este tipo de material físsil é absolutamente crucial para estados como o Iraque e as redes de terroristas globais interessadas em construir armas nucleares primitivas. Um relatório recente do International Institute for Strategic Studies (IISS) concluiu que o Iraque precisa de mais alguns anos até conseguir produzir pelos seus próprios meios a quantidade de material físsil necessária para o seu programa nuclear. Todavia, no caso de o Iraque conseguir ter

acesso a material físsil no estrangeiro, Bagdad poderia estar em condições de construir uma arma nuclear no prazo de meses.

Este tipo de prazos mostra bem como é importante transferir rapidamente material físsil disperso por instalações militares e civis para locais altamente seguros. No caso da Rússia, a maior parte do material físsil existente está armazenada em instalações relativamente mal protegidas e onde os funcionários são extremamente mal pagos. Em 2001, durante uma conferência promovida pela Agência Internacional de Energia Atómica em Viena, Yuri Volodin, um alto funcionário responsável pela segurança de materiais nucleares da Rússia, tornou público que tinha ocorrido uma violação de segurança de “altíssimas consequências” no seu país. A recente decisão da administração Bush de ajudar a montar, com o G-8, uma coligação global contra a difusão das armas e materiais de destruição maciça é um primeiro passo crucial na redução dos actuais perigos nucleares.

Um pouco como a luta contra o terrorismo global, a tentativa de derrotar a proliferação nuclear é uma maratona penosa. E infelizmente, o fim não está à vista. “A liberdade absoluta do medo da arma absoluta pode não ser para o nosso tempo. Mas vamos avançar para a tarefa de lidar com esta nova ameaça com inteligência, determinação, persistência e boa-vontade.” William T. R. Fox escreveu estas palavras em 1946. Cinquenta e seis anos depois, elas continuam plenamente actuais.